

## CAPÍTULO 3.8.

### Perspectivas de gênero nas instituições museais: considerações de análise

#### Gender perspectives in museal institutions: analysis considerations

**Rachel Nunes Merlino FERNANDES<sup>193.)</sup>**

#### Resumo

O campo da Museologia tem ampliado suas lentes para outras abordagens epistemológicas, o que proporciona que se estabeleçam novas relações entre as áreas do Patrimônio e da Memória. Os movimentos da crítica representacional, vindos da Antropologia, oportunizaram que profissionais da Museologia fomentassem contribuições para seu o campo de atuação, de forma mais crítica e inclusiva. O presente artigo tem a intenção de analisar como essas contribuições teóricas das novas abordagens na prática museal puderam trazer discussões relacionadas ao papel do museu na sociedade. A categoria de análise adotada para auxiliar a construção do texto foram as teorias feministas e o estudo de gênero. São lentes responsáveis por desvelar a concepção de que o estudo da memória pelas instituições museais é o resultado de uma projeção contemporânea para o passado, fato que nos auxilia a perceber os determinantes históricos presentes no processo de construção da sociedade patriarcal.

Palavras-chave: museu, museologia, gênero.

#### Abstract

The field of Museology has expanded its lens to other epistemological approaches, which allows for the establishment of new relationships between the areas of Heritage and Memory. The movements of representational criticism, coming from anthropology, provided opportunities for museology professionals to foster contributions to their field of action, in a more critical and inclusive way. This article intends to analyze how these theoretical contributions of original approaches in museum practice could bring discussions related to the role of the museum in society. The category of analysis adopted were feminist theories and the study of gender. These are lenses responsible for unveiling the concept that the study of memory by museum institutions is the result of a contemporary projection into the past, a fact that helps us to perceive the historical determinants in the process of building a patriarchal society.

Keywords: museum, museology, gender

---

<sup>193)</sup> Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto, Portugal/Brasil. E-mail: rachelnunesf(at)gmail(dot)com



## 1. Introdução

As questões trazidas nesse artigo partiram do aprofundamento de uma pesquisa realizada no contexto de conclusão de curso da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (Merlino, 2019). Tendo como premissa os estudos de gênero e as teorias feministas como lentes epistemológicas guias, foi realizada uma pesquisa no acervo do Museu da República, no Rio de Janeiro/Brasil a fim de perceber como era representado o protagonismo feminino na construção da República brasileira pela instituição museal em questão. Através da revelação de que para além de um espaço educativo o museu é potente na construção de suas narrativas, e que o valor do museu como patrimônio, para muito além da sua própria edificação, é símbolo da memória e estrutura formas de ver, pensar e narrar o mundo, sentiu-se a necessidade de aprofundar algumas questões levantadas - anteriormente no campo da arquitetura e desta vez postas para o campo da museologia. Então, por que a perspectiva de gênero dentro das instituições museais?

Habitados às convenções que permeiam nossas experiências e as normativas que as modelam, somos acostumados a enxergar o mundo através de caixinhas. Categorizamos comportamentos em rótulos e criamos estereótipos para nos defender da desordem natural que a mudança traz com o tempo. Ainda hoje existe um lapso de informação que permeia o significado das teorias feministas e os seus espaços de atuação. Ao enxergar a necessidade do feminismo em áreas específicas – nos palanques políticos, nos debates acadêmicos, nas interações rotineiras – comumente nos perdemos na ficção de que o patriarcado se produz e reproduz em espaços limitados. E que o mesmo é palpável, visível, corpóreo.

Saffioti (2004, p. 17), ao descrever como o entendimento popular sobre violência se materializa em um conceito, define que esse fenômeno se trata de uma “ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”. Ao analisar essas quatro categorias, a autora compreende que mesmo as violências que se enquadram como psíquica e a moral situarem-se no plano de uma suposta subjetividade, fora daquilo que se considera tangível, essas também podem trazer – e com frequência trazem – efeitos mensuráveis.

Contextualizando o estudo de Saffioti (2004) para ao debate aqui proposto, poderíamos levantar a relação sobre conceitos como a violência e as consequências do patriarcado – quando não completamente imbricados - como exemplos de situações que se refletem no palpável. Analisando os efeitos da violência sobre a integridade psíquica e moral, por exemplo, poderíamos aprofundar seus desdobramentos ao mencionar os percalços enfrentados por vítimas de abuso doméstico ao reportar casos de assédio sofridos. Sejam eles desde o ato de reportar, ao medo enfrentado pela vítima devido a casos de dependência financeira, até mesmo às dificuldades relacionadas ao acesso de proteção, devido à escassez de delegacias responsáveis por estes assuntos ou mesmo problemas de transporte. Todas essas situações - não palpáveis-, tomam concretude quando levados a análise. Formas de planejamento de habitação, gestão e transporte produzem e refletem a violência de grupos marginalizados que, para além de diversas outras estruturas que o caracterizam, são fruto de um modelo de sociedade ocidental, historicamente patriarcal.



Reafirmar a importância desse elo presente entre as normativas que estruturam a sociedade e o plano concreto (do palpável ou do visível) é pressuposto nesse artigo o entendimento de que somos todos seres patriarcais, conforme pontua Tyson (2006). Compreender o patriarcado como parte de uma estrutura rígida que compõe a nossa sociedade, e os seus desdobramentos no nosso dia a dia, nos ajuda a levar em conta que o ato de o questionar e de combatê-lo não se restringe às responsabilidades de movimentos de áreas específicos, mas às nossas práticas corriqueiras. Interagimos e produzimos diariamente espaços de disputa, espaços que são fruto de uma produção histórica e hegemônica que nos constitui. Ainda que nos tornemos conscientes de nossa própria existência, do pertencimento, da opressão e do privilégio social, essas características nunca serão a nós desassociadas. Scott aponta:

Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política. A política só constitui um dos domínios onde o gênero pode ser utilizado para análise histórica (Scott, 1995, p. 89).

Neste sentido, proponho, nesse artigo, lançar uma questão que se relaciona às produções concebidas no âmbito dos estudos museológicos e curatoriais: Por que trazer os estudos de gênero e teorias feministas para o debate sobre os espaços museais?

## **2. Contributos dos estudos de gênero nas instituições museais**

A partir da última metade do século XX, passamos a assistir um movimento técnico-científico em torno da ampliação das fontes de reflexão e dos meios de se fazer pesquisa no âmbito das Ciências Humanas e Sociais (Martins, Eckert & Novaes, 2005). Trata-se do processo de renovação de posturas conceituais que intentou, por um lado, dissolver formas estanques de apreender a realidade. Por outro, apontou a necessidade de a produção teórica estar fundamentada a partir de um diálogo com a sociedade, para além das fronteiras estritamente acadêmicas.

Neste movimento crítico apontado pelas autoras, Paulo Freire já convocava os pesquisadores a alargar o olhar para a experiência dos sujeitos e de suas práticas culturais, postulando que “a teoria emerge molhada de prática vivida” (Freire, 1994, p. 32). Abordava a necessidade dos estudos e das instituições educacionais e culturais se voltarem para realidades que coexistiam com o fosso da desigualdade, entre elas a miséria, a fome, a opressão de classe, de raça/etnia e de gênero. Atualmente, percebemos a importância de reafirmar e lembrar os problemas apontados por Freire (1994), constatando que eles se renovam e ganham vários contornos e visibilidades - hostilidades étnicas, discriminações, preconceitos etc. – além de muitas outras demandas de estudo pautadas pela sociedade.

Freire (1997) bem como Martins, Eckert & Novaes (2005) consideravam que o conhecimento teórico isolado não possibilita a imersão e a reflexão crítica sobre o mundo, o que gera empecilhos importantes para a transformação da consciência dos indivíduos e da sociedade. E, como as instituições culturais se filiam (ou não) a essa postura epistemológica?

No campo da Museologia e da curadoria, essa virada epistemológica pode ser observa-



da a partir de uma renovação identitária no entendimento do que representa o espaço do museu. O espaço museal se torna representante de uma série de possibilidades. O antigo modelo, que até então se apoiava nas capacidades das coleções e dos objetos museais de transmitir conhecimento, passa a experimentar diferentes abordagens ao educar. Entretanto, essa transmutação, na percepção do seu papel social, só foi possível quando os profissionais do campo da Museologia se viram também responsáveis pelos rumos de uma determinada compreensão histórica. Compreensão não mais atrelada unicamente ao passado, mas imbricada no presente e na responsabilidade das possíveis orientações do futuro. Dessa forma, se inicia a apropriação do espaço museal como espaço de potência.

Dada esta nova postura epistemológica pós-estruturalista, marcada por grande reflexividade e sensibilidade acerca da natureza parcial do conhecimento e das suas implicações políticas, o museu vê os seus próprios fundamentos e concepções tornarem-se alvos de análise e questionamento. A instituição museológica, ela própria, emerge como pertinente objeto de estudo para diversas áreas disciplinares, já que as 'velhas' narrativas por si veiculadas – representações sobre as culturas, a ciência, a arte, o povo, a nação, o império, a classe, a raça – deixam de ser tidas como 'certas' ou 'verdadeiras', passando a ser entendidas como merecedoras de escrutínio crítico e reavaliação (Duarte, 2013, p. 105).

Duarte (2013) aponta com o início da crítica pós-estruturalista um importante fenômeno que eclode naquele momento: o questionamento da unilateralidade das narrativas que até então ocupavam os espaços dos museus. As indagações deste antigo modelo permitem a inserção de outras perspectivas para a criação e o desenvolvimento da memória, diferente daquela postulada pela “história dos vencedores” assinalada por Nesbitt.

O objetivo da crítica pós-estruturalista é demonstrar que a realidade é totalmente constituída (produzida e sustentada) pelas suas representações, antes que refletida por elas. A história, por exemplo, é uma narrativa que contém implicações de subjetividade, no ficcional. Por isso, o pós-estruturalismo admite uma multiplicidade de histórias narradas, a partir de outros pontos de vista além dos de elite e do poder. Essas narrativas substituem a versão recebida de uma história de vencedores (Nesbitt, 2006, p. 39).

Assim, abordagens históricas, artísticas e culturais passarão a reivindicar seus direitos, pela disputa de espaços dentro das salas dos museus. A antropologia, a partir do movimento da crítica representacional e da crítica pós-estruturalista, levanta importantes contribuições para a Museologia quando, ao trazer novas categorias e abordagens para o centro das pesquisas, revela a presença de diferentes campos de disputa. Disputa acadêmica, entre diferentes áreas do conhecimento, disputa política, pelo lugar de fala dos diferentes sujeitos, disputa por autoria e reconhecimento social.

Tendo como premissa que as relações de gênero são alicerces das práticas sociais, não há como compreender os modos dos sujeitos agirem sem levar em consideração os papéis que foram, historicamente, a eles atribuídos. Neste sentido, as relações de gênero são estruturantes também das práticas relativas ao Patrimônio, à Memória e aos Museus e fundamentais para se discutir a representatividade no campo da Museologia. Por esse ângulo, uma série de profissionais do campo, em meados dos 90, a partir dos contributos da crítica representacional e da formação da Nova Museologia, começam a discutir a possibilidade e a necessidade do desenvolvimento de uma Museologia de gênero.



A Museologia de gênero surge como uma vertente desse movimento técnico-científico necessário para ampliar o campo de estudo de forma mais crítica e inclusiva. A partir dessa perspectiva, Rechená (2012) levanta que esse campo de estudo contribui para indagarmos sobre as múltiplas leituras que podem ser feitas dentro dos espaços dos museus, minimizando a pretensa neutralidade do sujeito. Segundo a autora, a manutenção de uma leitura histórica apoiada nas normativas patriarcais se dá de maneira velada, na falsa compreensão de que os sujeitos interagem com o espaço da mesma forma. Por isso, ao ser tratada de forma pretensamente neutra, se descarta a hipótese de que as relações se deem de formas múltiplas, vinculadas sempre a uma série de camadas que estruturam nossa forma de ver, interagir e lidar com o mundo a nossa volta.

'Genderizar' o vértice social da Museologia implica um cuidado especial com a linguagem utilizada ao referir-nos às pessoas participantes nas ações museológicas ou por elas representadas. Sabemos que quando utilizamos uma linguagem 'neutra' num processo de comunicação, estamos efetivamente a referir-nos ao modelo masculino dominante (Rechená, 2012, p. 265).

Oliveira (2009), em sua pesquisa também aponta a importância de se aproximar da ferramenta da linguagem para analisar estruturas de dominação dentro dos espaços museais. Entretanto, essa autora irá se apoiar em uma outra esfera de observação, transferindo as ideias de Rechená (2012), sobre a criação do discurso histórico aplicado no museu, para a forma de difusão dessa narrativa. Ou seja, a partir da análise de como e por quem é elaborada e difundida a mediação de uma exposição. Oliveira (2009) utiliza-se de gênero, vinculado à raça e à classe, como determinantes de uma equação hierárquica que movimenta os cargos e a força de trabalho de um museu.

Falar de efeminização da força de trabalho na globalização significa, por isso, que estamos a assistir a transferência na procura global de trabalho de uma força de trabalho masculina fundamentada em empregos estáveis e bem recompensados por uma força de trabalho feminina sempre em rotação em empregos precários. (Oliveira, 2009, p. 204)

Nesta citação, a autora se refere a uma proporção desigual na distribuição de cargos dentro do espaço do museu. Em Portugal, por exemplo, enquanto os cargos como o de Direção, Coordenação, Curadoria – que tem como atribuição e responsabilidade a elaboração e o desenvolvimento da narrativa – são majoritariamente ocupados por homens, as responsáveis pela difusão desse discurso – representadas por funções de um setor educativo – são ocupadas por mulheres.

Somado a esse fato, atualmente, na cidade do Porto, presenciamos uma série de discussões sobre a precarização das condições de trabalho do setor educativo em museus. No início do ano de 2020 pudemos observar como esse debate foi propagado na cidade, com o exemplo de algumas lideranças do setor do museu do Serralves que levaram uma série de educadores à rua para clamar por condições mais dignas de trabalho. Queirós (2020), segundo a reportagem do Jornal Público, aponta:

Enquanto se aguarda a audição da ACT, as educadoras expuseram aos deputados as razões pelas quais consideram que a relação laboral que mantêm com Serralves corresponde à generalidade dos critérios que indiciam um contrato de trabalho. Desde logo respondem perante uma hierarquia, no caso a coorde-



nadora do serviço educativo para as Artes, que compõe com uma administrativa e uma produtora todo o quadro de pessoal daquele serviço – todos os restantes 25 elementos da equipa têm vínculos precários. Todos são também obrigados a assegurar que estão disponíveis para trabalhar em Serralves pelo menos três dias por semana, ou um conjunto de seis manhãs ou tardes, e só mediante autorização podem alterar esta agenda, que, no entanto, não lhes dá garantias de que sejam efetivamente chamados. E só recebem por horas de trabalho presencial. O facto de trabalharem nas instalações de Serralves, de usarem equipamento da fundação e ostentarem uma identificação com o seu nome e função são outros argumentos avançados pelas educadoras (Queirós, 2020, s/p.).

Levando em consideração a pesquisa feita por Oliveira (2009), mais de dez anos antes da reportagem, constatamos como as condições de trabalho, neste departamento, ainda são consideradas dentro dos limites da precariedade. E, pensar este fenómeno vinculado a uma desigualdade de gênero presente nas veladas hierarquias laborais, demonstra a emergência da necessidade de análise feita por Oliveira (2009), mesmo uma década depois.

Pensar como mulher num mundo de homens significa pensar criticamente e negar-se a aceitar aquilo que se apresenta como definitivo e estabelecer conexões entre conceitos e ideias desconectadas. Propõe-se reanalisar a experiência e o saber de ordem patriarcal baseado em valores e normas universais. Nas pedagogias feministas dá-se conta de uma forma de comunicação que se vincula (Oliveira, 2009, p. 204).

Percebemos que na exposição de ambas as autoras se encontram dois conceitos que estruturam seus discursos como o de *genderizar* e o de *efeminização*. Tanto Rechená (2012) como Oliveira (2009) utilizam conceitos que aparecem como reveladores das problemáticas consequentes de uma visão histórica desenvolvida por um olhar hegemónico e unilateral. Com *genderizar*, Rechená (2012) aponta a necessidade de uma transformação no movimento técnico-científico sob uma perspectiva mais crítica no campo da produção intelectual da Museologia. E com *efeminização*, Oliveira (2009) revela uma consequência sintomática da reprodução da prática museal homogênea e desigual.

### 3. Considerações Finais

As teorias críticas feministas, assim como tantas outras, nos fornecem ferramentas importantes para reconhecer analisar e questionar como o patriarcado se insere silenciosamente através das normativas que nos permeiam. No caso dos Museus, espaços museais, e no campo da museologia, as lentes epistemológicas dessas teorias críticas permitem enxergar como esses espaços estão, não só inseridos, como imbricados na sociedade ocidental patriarcal. Desde sua criação, até o desenvolvimento de novas maneiras de se apresentar, as transformações relacionadas ao debate sobre o papel do museu foram fundamentais para se afirmar a influência que esse equipamento institucionalizado exerce sobre a sociedade. Através da difusão de um ideário coletivo, em torno da concepção do museu como um local de educação e cultura, esse espaço passa a carregar em seu nome o peso da responsabilidade social com o local em que se insere. Sendo assim, representam aos olhos de um imaginário coletivo um importante símbolo de capital intelectual, traduzidos aos olhos de um sistema capitalista patriarcal



como espaços de poder. Conseqüentemente, espaços também de disputa e de opressão.

Sendo assim, no campo da museologia e da curadoria, essas teorias críticas proporcionaram também um estudo de representatividade no museu para além do olhar do público. É através dela que se tornou possível desvelar a lógica androcêntrica presente nos vários processos que compõem a prática museal, repercutindo desde a representação das mulheres dentro das salas dos museus até sua influência na gestão e mediação de uma instituição.

É neste sentido que percebemos a relevância que as contribuições teórico-práticas da perspectiva de gênero podem trazer para o campo da Museologia e propomos que elas continuem a promover ações combativas dentro e fora dos espaços museais. Afinal, se o Museu se torna um espaço de disputa, nele também ocuparemos os espaços de legitimidade.



## Referências bibliográficas

- Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Revista Museologia e Patrimônio*, 6(1), 99-117.
- Freire, P. (1997). *Ação Cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1994). *Professora sim, tia não*. São Paulo: Olho d'água.
- Martins, J. de S., Eckert, C. & Novaes, S. C. (2005). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. São Paulo: Edusc.
- Merlino, R. (2019). *República: substantivo feminino*. [Dissertação mestrado, Universidade Federal Fluminense]. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense.
- Nesbitt, K. (2006). *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Oliveira, M. G. M. (2009). Educação nos Museus de Arte Moderna e Contemporânea Portugueses: um lugar do feminino?. In A. Semedo & E. Nascimento (Coords.). *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. (pp. 193-206). Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- Queiróis, L. M. (2020, setembro 23). Educadoras de Serralves explicaram no Parlamento por que reivindicam contratos de trabalho. Público. <https://www.publico.pt/2020/09/23/culturaipsilon/noticia/educadoras-serralves-explicaram-parlamento-reivindicam-contratos-trabalho-1932642>
- Rechena, A. (2012). Museologia (d)e género. In M. Asesio, E. Pol, E. Asenjo, & E. Castro (Eds.). *Nuevos museos, nuevas sensibilidades*. SIAM: Series de investigación Iberoamericana de Museología. 3(4), 259-269.
- Saffioti, H.I.B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Tyson, L. (2006). *Critical Theory Today: A User-Friendly Guide*. New York, London: Routledge.

